SEMIÓTICA EM MARCHA

José Luiz Fiorin

José Luiz Fiorin

A finalidade deste pequeno artigo é resenhar temas e problemas que estiveram em discussão, durante o ano letivo 1983/1984, no Groupe de Recherches Sémio-linguistiques de Paris

O Seminário de Semântica Geral, dirigido por A. C.J. Greimas, abordou o problema da semiótica ética. Os temas gerais tratados no Seminário foram: o bem e o mal; as virtudes e os vícios; a justiça e a justeza; a ética e a etiqueta; o saber-fazer e a sua conformidade; o normal e o normativo; a deontica, a deontologia e a norma

Durante o Seminário, foram abordadas questões extremamente interessantes sobre o problema do julgamento ético. A maioria desses temas continua como um conjunto de indagações a que os estudiosos do assunto precisam dar respostas. A resenha que apresentamos tem, então, a finalidade de mostrar os pontos que foram balizados e que deverão nortear, no futuro, a reflexão sobre o componente ético presente em todo discurso -

Começemos por colocar algumas perguntas: Que é o julgamento ético em si? Em que lugares do nível narrativo ele se manifesta? Supondo-se a existência de diversas axiologias (morais, estéticas, etc), como se organizam as relações entre elas?

O ponto de partida para o estudo da narrativa é a possibilidade de leitura da ação (fazer). O modelo actancial da semiótica da ação pressupõe a existência de um destinatador capaz de receber uma mensagem sobre o fazer e de interpretá-la. Nessa interpretação, reside o julgamento moral. O

destinador seria, então, um julgador que avaliaria a ação dtn função de parâmetros estabelecidos Quando o julgador e o su_ jeitio operador estão em sincretismo, temos a figura da cons- ciência moral, que é a capacidade de julgar o próprio fazer O julgamento ético é um julgamento de conformidade, como o julgamento epistêmico No entanto, eles diferenciam-se do ponto de vista dos parâmetros que servem para estabelecer a conformidade

Existem diferenças morais que se devem à incidên- cia do julgamento ético sobre diferentes fatores bem como a diferentes avaliações desses fatores Assim, o julgamento p<3 de incidir sobre valores de base, estabelecendo o que é o bem e o que é o mal; sobre os valores de uso ou de base, ins- tituindo uma moral de meios ou uma moral de fins; sobre a realização ou não do PN, organizando uma moral da eficácia ou da eficiência; sobre o *modus operandi*» estabelecendo uma moral dos limites dos meios

A moral pode ainda ser individual ou social, quando o sujeito não age em função do reconhecimento dos ou- tros ou quando o faz

O julgamento ético pode ocorrer antes ou depois da performance, ou seja, no momento de escolher ou de reco- nhecer os valores Para escolher ou reconhecer os valores, é preciso que o sujeito tenha uma competência moral Esta é a capacidade de distinguir o bem do malj de estabelecer uma hierarquia de preferências, de encontrar compromissos entre elementos contraditórios, de saber reconhecer o que é acei- tável ou inaceitável Em síntese, a competência ética é a ca- pacidade de avaliação do valor

Como o destinador é a figura antropomórfica de

um sistema de valores que serve de modelo à ação de um sujeito (a ética é o investimento figurativo desse sistema de valores) e como ele opera a conversão de um sujeito em sujeito competente, a competência moral pode ser adquirida ou inata. No primeiro caso, destinador e sujeito operador não estão em sincretismo. No segundo, sim.

É possível pensar num sujeito sem competência moral, isto é, num sujeito que não tenha conhecimento nem implícito nem explícito do bem ou do mal, que não tenha um saber sobre a moralidade das ações. É o caso de Adão e Eva antes do pecado original ou o do bom selvagem, do ponto de vista do observador ocidental.

A prova qualificante vai atualizar uma estrutura ética que, no nível de superfície, aparece sob a forma de papéis éticos. O contrato entre destinador e destinatário estabelece um dever-fazer. É preciso, no entanto, estabelecer uma distinção entre deontica e moral: nem sempre o cumprimento do dever é visto como um elemento ético; ao contrário, pode-se dar o caso em que o cumprimento de um dever seja visto como anti-ético. Foi o que estabeleceu, por exemplo, o tribunal de Nuremberg, quando julgou que existe um limite para a obediência dos soldados e oficiais às ordens dos seus superiores. Os militares argentinos, acusados da prática de crimes durante a recém-ditadura, procuram escapar das mãos da justiça, alegando que cumpriam ordens. Tentam, assim, misturar o cumprimento do dever com a ética, ou melhor, fazer do cumprimento do dever um valor ético. Estabelecida a deontica pelo contrato, é a prova qualificante que vai instituir a isotopia moral onde vai desenvolver-se o conjunto da narrativa. Essa isotopia marca o que é o bem, o justo, etc.

na narrativa

A escolha dos valores pode ser feita em função do desejo de ser reconhecido pelos outros. Nesse caso, intervém o fenômeno da regulação social, que é a observação e sanção que encadeiam uma mudança de comportamento.

Universo ético é um conjunto de axiologias ou sistemas de valor, que são taxinomias colocadas no componente fundamental. No nível de superfície, essas axiologias aparecem como papéis éticos. Se o valor é visto como o acréscimo de um dos termos da categoria tímica a um termo de uma categoria semântica, pode-se, então, falar de julgamento de conformidade. Sendo o destinador o elemento que opera a conversão da estrutura fundamental em estrutura de superfície, como converte ele as axiologias em papéis éticos? Ele o faz pela construção de simulacros éticos em que o valor é atribuído a um sujeito ou a um objeto. O inventário de papéis éticos, estabelecidos por uma cultura, constitui uma competência moral histórica e geograficamente determinada. Uma competência moral é formada por um conjunto de estereótipos éticos (ex. arrogância, mesquinharia, vaidade, etc.) Os preconceitos, os pré-juízos são modos de funcionamento dos papéis éticos. Têm um caráter de elemento regulador da vida social.

Quando o julgamento ético intervém após a sanção, o destinador da sanção (em sincretismo ou não com o sujeito) vai julgar se o sujeito escolheu bem os valores, se estabeleceu adequadamente a hierarquia de preferência, se acertou na opção pelo aceitável, se a sua ação foi excessiva ou insuficiente em relação ao normal (a norma, nesse caso, é um valor estabelecido).

Assim como há seqüências patêmicas, há também seqüências éticas, isto é, encadeamentos éticos. Dessa forma, do julgamento ético decorrem conseqüências patêmicas e conseqüências modais. As conseqüências patêmicas do julgamento ético podem ser individuais ou intersubjetivas. Ambas podem decorrer de um julgamento positivo ou negativo. Se o julgamento é negativo, podem ocorrer como conseqüências patêmicas individuais, por exemplo, o remorso, o arrependimento, a má consciência; intersubjetivas, o rancor. Se o julgamento é positivo, podem ocorrer, por exemplo, como conseqüências individuais, a satisfação heróica, a boa consciência; intersubjetivas, a admiração. As conseqüências modais são, por exemplo, o dever reparar uma falta, que estabelece uma moral de responsabilidade.

Os códigos éticos instituem-se pelo acréscimo de elementos de moralização à estrutura modal. Independentemente do sujeito ético, podemos classificar a moral segundo a modalidade: moral do querer, do dever, do saber e do poder. Além da modalidade, há estruturas aspectuais que incidem sobre os comportamentos humanos determinando diferentes moralidades. Os aspectos permitem julgar o *modus operandi*.

Exemplos de códigos morais: moral do dever: moral da responsabilidade, do engajamento, do cumprimento do dever profissional; moral do querer: moral do prazer; moral do poder: moral da liberdade, do desafio, da submissão; moral do saber: moral da eficácia, da competência. A aspectualidade pode abranger a **tensividade**, que institui a moral da medida ou da desmedida (insuficiência ou excesso) (a paixão romântica pode ser estudada do ponto de vista da tensividade); os **aspectos do processo** (incoatividade, terminati-

dade, duratividade), que estabelecem, por exemplo, a moral da ação imediata, do domínio dos acontecimentos e da retenção; a **repetição** (iteratividade) ou a **continuação** (duratividade), que estatuem a moral do ativismo ou da tranquilidade

A axiologia ética pode ser superposta a uma axiologia estética, ou pode ocorrer o contrário. A censura de uma obra de arte em função da moral e dos bons costumes e, em certa medida, o chamado realismo socialista, são julgamentos do estético com parâmetros éticos. Já a análise de todos os fatos da vida do ponto de vista do refinamento é a estilização da ética. Existe também uma axiologia da verdade, que permite estabelecer uma moral da ciência

Pode haver uma confrontação entre dois tipos de moral na narrativa. O sujeito pode ou não procurar a compatibilidade entre elas. Há dois casos de compatibilidade, a complementaridade e a conformidade, e dois de incompatibilidade, a contrariedade e a contraditoriedade. A busca de elementos éticos incompatíveis é a moral da medida, do bom senso, do compromisso, da mediocridade. A impossibilidade de encontrar um compromisso entre elementos morais incompatíveis desencadeia um conflito interior, como, por exemplo, na tragédia clássica

A escolha entre valores incompatíveis pode-se dar num quadro contratual ou polêmico. Num quadro contratual, pode-se ter um moral de troca ou uma moral de avaliação da utilidade do valor. Num quadro polêmico, há uma guerra interior. Essa escolha leva em conta a valência do valor, ou seja, uma relação gradual entre valores e sistema de valores.

Há ainda uma série de questões que não tiveram

nenhuma resposta:

a) A moral é uma linguagem? Qual é o seu estatuto semiótico?

b) Moral e ideologia são a mesma coisa? A moral é uma ideologia?

c) Qual é o conteúdo específico dos valores éticos em relação aos valores estéticos, e epistêmicos?

d) O respeito ao contrato será sempre um valor moral dentro da narrativa?

e) Os universais narrativos podem servir de suporte às axiologias?

f) Qual é a diferença entre justiça e justeza? Esta pertence ao domínio do saber-fazer e aquela, ao do poder-fazer?

g) A etiqueta é uma pequena ética? Está ligada à atualidade, enquanto a ética está relacionada à modalidade? Deve-se lembrar, nesse caso, que a virtude suprema exaltada pela etiqueta em nossa sociedade é a elegância, que não é senão a medida. A insuficiência ou o excesso são os dois elementos que a etiqueta quer banir da vida social.

No ano letivo de 1984/1985, estará em estudo o problema da estética

Além de resenhar temas e problemas concernentes à semiótica ética, desejamos apresentar também alguns tópicos de uma discussão - um tanto marginal no interior do Groupe de Recherches Sémio-linguistiques - a respeito do modelo semiótico proposto por Greimas.

Segundo Parret, três tipos de gesto estão na origem da teoria de Greimas: a narratologia, o estruturalismo e a fenomenologia. A narratologia de que se serve Greimas é a de Propp e a de Brémond, que consideram a narrativa como um

elemento a-histórico, que não levam em conta a existência do tempo. Daí, Greimas passa a considerar o mundo natural, a cidade, a sociedade como uma narrativa atemporal. Subjacente ao estruturalismo, está a ideologia da morte do sujeito. Da fenomenologia de Merleau-Ponty origina-se a concepção greimasiana da diferença. Essa concepção é substancialista, definida em termos de percepção.

Pouco a pouco, começam a aparecer problemas: Onde colocar, por exemplo, a semiótica da música, se levamos em conta que a música não é narrativa, é tempo? Estuda-se a relação entre S e 'O, mas não se estuda a intersubjetividade, ou seja, a busca de um sujeito por outro. Como resolver o problema da contextualização? E o dos performativos?

Duas atitudes existem diante dos problemas que começam a aparecer:

a) uma atitude ortodoxa, que julga que todos os fenômenos apontados são interessantes de ser analisados, mas que são fenômenos de superfície, o que não implica alterações no modelo;

b) uma atitude heterodoxa, que tem em mira a alteração da estrutura profunda, pois julga que fenômenos como espacialização e temporalização não pertencem à estrutura superficial, mas à profunda.

Para Parret, o primeiro trabalho a ser feito, na constituição de uma semiótica, é a homologação entre o quadro conceptual da pragmática e da semiótica, entre o que se chama semiótica peirciana e o que se denomina semiótica hjelmsleviana. Depois é preciso estudar as relações entre semiótica e filosofia. Na obra de Greimas, há uma nítida oposição entre ciência e filosofia. As suas concepções são anti-

filosóficas, mesmo se elas não são senão decorrência de alguns pressupostos filosóficos Segundo Parret, não se trata de tornar a semiótica filosófica, mas de semiotizar a filosofia A semiótica é, para ele, a proto-filosofia de nossa época, estando hoje no lugar que já ocuparam a ontologia e a epistemologia Essa proto-filosofia não é, evidentemente, a semiótica já constituída, mas uma abordagem semiótica, cuja especificidade é a afirmação de que a relação entre o sujeito e o mundo não é transparente, mas é mediatizada pela linguagem A tripolaridade sujeito - linguagem - objeto é a proto-filosofia de nosso tempo A semiótica não é uma disciplina como as outras nem uma interdisciplina, mas uma transdisciplina, pois trabalha nas fronteiras das demais disciplinas

Na constituição dessa semiótica, tem importância capital o conceito de enunciação Se é verdade que a enunciação é efeito do enunciado, deve-se notar, no entanto, que nem toda enunciação é enunciada A enunciação não está apenas empiricamente marcada no enunciado É preciso um esforço de interpretação (transposição de sentido), é necessário preencher um espaço elíptico por catálise para se chegar à enunciação Como é um sujeito dotado de competência passional que projeta a enunciação, o seu deciframento é da ordem do sentimento, ou seja, da intersubjetividade, da evocação de uma competência passional Há liames entre enunciação e paixão. A paixão, para Parret, está intimamente ligada às modalidades, de forma que cada uma das paixões pode ser descrita como um feixe de elementos modais

Há três componentes proto-teóricos no conceito de enunciação: subjetividade, racionalidade e intencionali -

dade Essa proto-teoria não é um objeto semiótico Deve ela ser traduzida pelos conceitos de modalização e deictização

É uma subjetividade que produz a enunciação Essas condições subjetivas de produção do sentido são semioticamente descritíveis não por análise, mas por catálise, pois o sujeito não é objeto de análise A racionalidade não pode ser reconstruída como uma racionalidade sintagmática que funcionaria como um pensamento causai nem como uma paradigmática, mas pode sê-lo por uma lógica inferencial que estuda as causas por que a enunciação foi feita, julga-as e avalia o seu valor A intericonalidade é analisada não em termos de categorialidade, mas de tensividade gradual

Esses elementos da proto-teoria são destilados em termos de modalização e deictização.

A competência modalizante implica a interdependência descritiva de quatro tipos de modalidades: a) modalidades gramático-distribucionais ; b) modalidades lógico-lingüísticas; c) modalidades ilocucionárias; d) modalidades axiológicas A cada uma das modalidades correspondem estratégias discursivas diferentes. A deictização é a organização da dêixis Dois conceitos presidem a essa organização: a egocentricidade que estabelece as bases de ordenação do tempo e do espaço e a solidariedade que constitui a categoria de pe_ssoa

É preciso refletir também sobre as idéias de Claude Zilberberg, que propõe uma alteração do modelo- do pe_rcurso gerativo de sentido.

Parte ele do estudo dos diferentes conceitos de valor- Distingue dois tipos de valor sob os diferentes conceitos analisados: o valor formal e o valor de troca 0 pri-

meio contrasta elementos semelhantes; o segundo,, elementos dessemelhantes A lingüística e a semiótica, depois da afirmação de Saussure de que na língua não há senão diferenças, só trataramdo primeiro tipo de valor

Um valor de troca é um arranjo particular de um tempo e de um espaço. A partir dessa concepção, ele propõe uma nova maneira de ordenar o percurso gerativo de sentido, uma vez que coloca a espacialização e a temporalização na estrutura profunda e não na estrutura superficial como faz Greimas Mostra que há diferentes maneiras de temporalizar e de espacializar

O percurso gerativo é um sistema de transvaliação. Nele, não há senão valores que sofrem operações de conversão na passagem de um nível a outro Três princípios regem a conversão: o princípio de deiscência, de alternância e de desenvolvimento.

O princípio de deiscência postula que cada nível tem uma existência dúplici, ou seja, uma superfície e uma profundidade. Cada nível é denominado, respectivamente, pelos sufixos franceses it e al. Há, assim, um espaço figurativo e um espaço figurai Não há, no mundo, coisas fora do tempo e do espaço. Não se imagina, portanto, a existência de narrativas fora do tempo. Por isso, o tempo não é um fenômeno só de superfície Se há um tempo na superfície, há um tempo num nível mais profundo: há um tempo figurativo e um tempo figurai. O if é pressuponente e o al é pressuposto A transvaliação pressupõe que eles estejam já na estrutura profunda.

O princípio da alternância diz que, em cada nível, há uma alternativa, ou seja, cada elemento é um hiperônimo em relação a dois outros que se alternam Assim, o tem-

po é cronía e mnésia 0 espaço pode ser topia (lugar, fronteira margem) ou feria (deslocamento); a feria pode ser elasticidade (concentração ou expansão) ou diretividade (c e_n tralização ou periferização) Esses dois princípios referem-se à economia de um só nível Como, no entanto, há vários n_í veis, temos um terceiro princípio, o do desenvolvimento, que diz que cada elemento de um nível anterior é retomado e enri quecido pelo nível seguinte

Todo o sentido é produzido por um sujeito da enunciação. A enunciação, instância geradora, é o vivente 0 pensamento depende, pois, desse vivente A linguagem depende da não linguagem. 0 vivente é o corpo, que é, ao mesmo tempo, **prática** (que se delega a robôs, por exemplo) e **tinia**, que é o oculto 0 elemento tímico ó um termo complexo que e_n globa força e forma A pulsão (força) inventa a sua qualidade (forma) Essa relação produz valores 0 primeiro nível do percurso gerativo de sentido é, pois, o nível tensivo, ou ní vel tímico-semântico, em que o tímico é a energia e o semântico, o sentido (forma) A categoria tímica articula-se em euforia e disforia 0 prefixo eu significa pouco e bem ou bom, enquanto o prefixo dis significa mais e mal ou mau 0 prazer é, pois, uma redução de tensão, enquanto o sofrimento é um aumento de tensão. Temos, pois, dois percursos produtores de valor: o da tensão decrescente e o da lassidão crescente. A proto-linguagem geradora de sentido é a busca, exer cida pelo vivente, de uma diminuição de tensão ou o aumento de tensão provocado pelo real Como ensina Hjelmslev, não há processo sem sistema Por isso, dá-se importância maior à sintaxe, uma vez que ela é o sistema, que é constante, é pressuposto A semântica é o processo, a variável, o pressu-

-Im-

ponente A tensão é um efeito de sentido provocado por um arranjo do tempo e do espaço

O segundo nível é o nível aspectual A aspectualização é a ordenação do gradual ou do categórico, ou seja, é a ordenação de degraus e de limites. É, sob esse ângulo, que Claude Zilberberg analisa a ética, que trata dos limites da ação humana. A insuficiência e o excesso são, respectivamente, o fato de não se atingir um limite ou a sua ultrapassagem. Em Greimas, há um primado da categoria. Mas entre a e b, não há um salto, mas um percurso. O categorial é uma geração segunda, fruto de um apagamento do gradual. Há culturas categóricas e graduais, ou seja, aquelas que se preocupam, primordialmente, com os limites ou com as fases

O terceiro nível é o narrativo, que não é senão a representação antropomórfica do nível aspectual. A narrativa é um caso particular de aspectualização, pois o percurso narrativo comporta limite/gradual/limite, ou seja, contrato/provas/sanção. Evidentemente, há também um nível de manifestação ;

Aí estão alguns temas e problemas discutidos pelo Groupe de Paris ou por alguns de seus membros. Esperamos que, mesmo apresentados de forma um tanto superficial, eles sirvam de ponto de partida para a reflexão dos semioticistas brasileiros. Desejamos que esta resenha produza o que disse Rimbaud em **La lettre du voyant**:

" viendront d'autres horribles travailleurs: ils com-
menceront par les horizons où l'autre s'est affaîssé!"

José Luiz Fiorin

Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação

UNESP- Araraquara